



Estratégia
Concursos

4º SIMULADO

TJRJ

TÉCNICO JUDICIÁRIO



Simulado Especial

4º Simulado TJ-RJ – Técnico Judiciário

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO EXCLUSIVO

- 1 – Este simulado conta com questões focadas no concurso da TJ-RJ;
- 2 – A prova contém **60 itens** que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 – As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora CESPE, com questões de múltipla escolha A, B, C, D, E.
- 4 – Este PDF foi enviado por e-mail, disponibilizado na área do aluno e em um artigo publicado no blog do Estratégia Concursos;
- 5 – Os participantes têm das **8h30 às 13h** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 6 – O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado na última página deste PDF;
- 7 – **A partir das 14h, os nossos professores iniciarão a Correção da Prova AO VIVO no canal do Estratégia Concursos no YouTube.** Eles resolverão todos os itens das questões. Aproveite para assisti-la AO VIVO e corrigir os erros, pois o vídeo ficará disponível apenas na área do aluno.
- 8 – O Gabarito do Simulado e o Ranking Classificatório com nota serão divulgados durante a transmissão da correção da prova.

PREENCHA SEU GABARITO NO LINK - <http://bit.ly/Simulado-TJ-RJ-08-02>

01 – (A) (B) (C) (D) (E)
02 – (A) (B) (C) (D) (E)
03 – (A) (B) (C) (D) (E)
04 – (A) (B) (C) (D) (E)
05 – (A) (B) (C) (D) (E)
06 – (A) (B) (C) (D) (E)
07 – (A) (B) (C) (D) (E)
08 – (A) (B) (C) (D) (E)
09 – (A) (B) (C) (D) (E)
10 – (A) (B) (C) (D) (E)
11 – (A) (B) (C) (D) (E)
12 – (A) (B) (C) (D) (E)
13 – (A) (B) (C) (D) (E)
14 – (A) (B) (C) (D) (E)
15 – (A) (B) (C) (D) (E)
16 – (A) (B) (C) (D) (E)
17 – (A) (B) (C) (D) (E)
18 – (A) (B) (C) (D) (E)
19 – (A) (B) (C) (D) (E)
20 – (A) (B) (C) (D) (E)

21 – (A) (B) (C) (D) (E)
22 – (A) (B) (C) (D) (E)
23 – (A) (B) (C) (D) (E)
24 – (A) (B) (C) (D) (E)
25 – (A) (B) (C) (D) (E)
26 – (A) (B) (C) (D) (E)
27 – (A) (B) (C) (D) (E)
28 – (A) (B) (C) (D) (E)
29 – (A) (B) (C) (D) (E)
30 – (A) (B) (C) (D) (E)
31 – (A) (B) (C) (D) (E)
32 – (A) (B) (C) (D) (E)
33 – (A) (B) (C) (D) (E)
34 – (A) (B) (C) (D) (E)
35 – (A) (B) (C) (D) (E)
36 – (A) (B) (C) (D) (E)
37 – (A) (B) (C) (D) (E)
38 – (A) (B) (C) (D) (E)
39 – (A) (B) (C) (D) (E)
40 – (A) (B) (C) (D) (E)

41 – (A) (B) (C) (D) (E)
42 – (A) (B) (C) (D) (E)
43 – (A) (B) (C) (D) (E)
44 – (A) (B) (C) (D) (E)
45 – (A) (B) (C) (D) (E)
46 – (A) (B) (C) (D) (E)
47 – (A) (B) (C) (D) (E)
48 – (A) (B) (C) (D) (E)
49 – (A) (B) (C) (D) (E)
50 – (A) (B) (C) (D) (E)
51 – (A) (B) (C) (D) (E)
52 – (A) (B) (C) (D) (E)
53 – (A) (B) (C) (D) (E)
54 – (A) (B) (C) (D) (E)
55 – (A) (B) (C) (D) (E)
56 – (A) (B) (C) (D) (E)
57 – (A) (B) (C) (D) (E)
58 – (A) (B) (C) (D) (E)
59 – (A) (B) (C) (D) (E)
60 – (A) (B) (C) (D) (E)

PORTUGUÊS

01. “com o passar do tempo”; nesse segmento do texto, o verbo passar está substantivado; a frase abaixo em que aparece um outro vocábulo substantivado é:

- a) “A revista traz uma reportagem sobre um aspecto interessante do capitalismo americano”;
- b) “o segundo empresário mais rico do mundo”;
- c) “mais pessoas doam a projetos sociais do que votam em eleições”;
- d) “Calcula-se que 86% dos americanos contribuam”;
- e) “restrições legais quase intransponíveis dificultam a doação individual”.

02. “...o chorume, líquido contaminado pelo lixo em decomposição, prejudica rios, lagos...” As vírgulas, nesse segmento, são usadas respectivamente, com a função de:

- a) separar aposto e marcar enumeração;
- b) indicar inversão na frase e separar termo intercalado;
- c) marcar enumeração e destacar um elemento;
- d) indicar inversão e separar aposto;
- e) marcar uma explicação e dar realce a termos.

03. A oração abaixo que não apresenta um verbo no gerúndio é:

- a) A hipocrisia vem crescendo no seio das elites.
- b) Falando sobre qualquer coisa, os homens querem parecer mais do que são.
- c) Nem todos os exemplos de hipocrisia têm vindo das elites.
- d) Partindo dos argumentos apresentados, o autor se posiciona contra a hipocrisia.
- e) Nem todos os artigos deste livro estão tratando de problemas sociais.

04. Em cada alternativa a seguir, reescreve-se a frase. A nova redação não é adequada segundo a norma escrita contemporânea em:

- a) A pesquisa sobre a escravidão revela aos estudiosos fatos interessantes sobre a cultura negra no Brasil. / Fatos interessantes sobre a cultura negra no Brasil, a pesquisa sobre a escravidão revela-nos aos estudiosos.
- b) As obras sobre cultura brasileira citam a culinária e a religião africana como expressão da cultura negra no Brasil. / A culinária e a religião africana, citam-

nas as obras sobre cultura brasileira como expressão da cultura negra no Brasil.

- c) Poucos pesquisadores compreendem e analisam a exata dimensão da influência negra na História do Brasil. / A exata dimensão da influência negra na História do Brasil, poucos pesquisadores a compreendem e analisam.
- d) Os professores de História nos ensinaram segundo um ponto de vista parcial as causas do tráfico de escravos para o Brasil. / As causas do tráfico de escravos para o Brasil, os professores de História as ensinaram segundo um ponto de vista parcial.
- e) O professor de ensino básico avalia a História do Brasil segundo um ponto de vista imparcial. / O professor de ensino básico avalia-a segundo um ponto de vista imparcial.

05. Os verbos da frase “Se eles se casarem e vierem para cá com os filhos, serão bem-vindos”, estão no futuro simples. Uma das opções abaixo transpõe corretamente os três verbos para suas formas compostas equivalentes. Assinale-a:

- a) tiverem casado – houverem vindo – terão sido;
- b) tivessem casado – houvessem vindo – não são;
- c) houverem casado – tiverem vindo – serão tidos;
- d) estiverem casados – forem vindos – ficarão sendo;
- e) houvessem casado – tivessem vindo – teriam sido.

06. No segmento “A conquista desta posição expressa-se mais evidentemente...” o pronome sublinhado também poderia estar expresso em posição proclítica ao verbo, sem que se infringissem as normas gramaticais. Entre os itens a seguir, o único em que o pronome que acompanha o verbo NÃO admite outra colocação é:

- a) O empregado, a empresa o contratou para serviços temporários.
- b) Os empregados lhe queriam apresentar suas reivindicações salariais.
- c) Contratar-se-iam novos trabalhadores, caso a produção aumentasse.
- d) A empresa o estava contratando para serviço temporário no carnaval.
- e) O contrato dar-se-ia por força das novas demandas de trabalho.

07. O valor relacional do conectivo como, no trecho: “Como disse recentemente o diretor do Banco Mundial para a América Latina, Shaid Javed Burki”, é o mesmo que na frase:

- a) A ilusão, como se sabe, durou pouco.
- b) A ilusão é tão necessária como a queda na realidade.
- c) Como a ilusão do lucro fácil durou pouco, resolveu trabalhar.
- d) A ilusão é como um jardim no deserto.
- e) Viver só de ilusão como é triste!

08. Assinale a frase em que se encontra uma estrutura correspondente à evidenciada em “Tempos atrás era tido como legítimo espancaram-se crianças”.

- a) Na sociedade, a todo momento fala-se de ética.
- b) A ética faz com que os indivíduos se respeitem.
- c) Em algumas sociedades, autoriza-se a pena de morte.
- d) Respeitar-se é o princípio da dignidade.
- e) Se falha a ética, falha a solidariedade.

09. “Assim, o progresso **tecnológico** (a), **com um riso irônico** (b), **lega aos homens** (c) **seus inventos mirabolantes** (d), mas debocha do **crescimento desordenado** (e) e **rápido** (f) **de uma sociedade contraditória** (g), que se moderniza **cientificamente** (h), mas regride no âmbito **dos valores morais** (i).”

Quanto à função sintática das expressões negritadas e indexadas no fragmento do texto, assinale a alternativa incorreta.

- a) As palavras assinaladas em (a) e (f) são adjetivos que exercem a função de adjuntos adnominais dos substantivos que as antecedem.
- b) As expressões destacadas em (b) e (h) são adjuntos adverbiais de modo.
- c) As expressões (c) e (e) são complementos indiretos das formas verbais que as antecedem.
- d) A expressão (d) exerce a função complemento direto da forma verbal “lega”.
- e) Tanto a expressão (g) quanto a (i) exercem a mesma função sintática: são complementos nominais.

10. Entre as alternativas reescritas a seguir, assinale aquela que não mantém a correção gramatical ou o sentido da frase original:

- a) “Já não apita: vai caminhando descansadamente, como quem passeia, como quem pensa, como um poeta numa alameda silenciosa, sob árvores em flor.” / Já não apita; vai caminhando descansadamente, como quem passeia, como quem pensa, como um poeta numa alameda silenciosa sob árvores em flor.
- b) “Uma pequena luz, lá em cima, há várias noites, aquela vaga claridade na janela: é uma pessoa doente?” / Uma pequena luz lá em cima há várias noites, aquela vaga claridade na janela: é uma pessoa doente?
- c) “O gato retardatário que volta apressado, com certo ar de culpa, num pulo exato galga o muro e desaparece: ele também tem o seu cantinho para descansar.” / O gato retardatário, que volta apressado, com certo ar de culpa, num pulo exato galga o muro e desaparece: ele também tem o seu cantinho para descansar.
- d) “E as pessoas adormecidas sentem, dentro de seus sonhos, que o guarda-noturno está tomando conta da noite, a vagar pelas ruas, anjo sem asas, porém armado.” / E as pessoas adormecidas sentem dentro de seus sonhos que o guarda-noturno está tomando conta da noite, a vagar pelas ruas: anjo sem asas, porém armado.
- e) “O guarda-noturno olha para tudo: para as casas, para os edifícios, para os muros e grades, para as janelas e portões.” / O guarda-noturno olha para tudo – para as casas, para os edifícios, para os muros e grades, para as janelas e portões.

RACIOCÍNIO LÓGICO

11. Suponha que na Comarca do TJ RJ de Duque de Caxias atuem 5 Técnicos de Atividade Judiciária e 8 Analistas Judiciários com idade superior a 40 anos. Dentre esses 13 servidores, deseja-se constituir uma comissão composta por 3 Analistas Judiciários e 2 Técnicos em Atividade Judiciária. A quantidade de comissões diferentes que poderão ser formadas será

- a) superior ou igual a 600.
- b) superior ou igual a 500 e inferior a 600.
- c) superior ou igual a 400 e inferior a 500.
- d) superior ou igual a 300 e inferior a 400.
- e) inferior a 300.

12. No dia 1º de janeiro de 2019, uma nova secretaria foi criada em certo tribunal, a fim de receber todos os processos a serem protocolados nessa instituição. Durante o mês de janeiro de 2019, 25 processos foram protocolados nessa secretaria; a partir de então, a quantidade mensal de processos protocolados na secretaria durante esse ano formou uma progressão aritmética de razão igual a 18.

Nessa situação hipotética, a quantidade de processos protocolados nessa secretaria durante os meses de outubro e novembro de 2019 foi igual a

- a) 169.
- b) 205.
- c) 241.
- d) 392.
- e) 428.

13. Ana Clara investiu R\$ 10.000 em uma aplicação que paga juros compostos à taxa de 6% ao semestre, líquidos. Passado um ano de investimento do capital, ela resgatou o montante da aplicação, tendo encerrado o investimento. Nessa situação hipotética, Ana Clara resgatou o montante de

- a) R\$ 10.300.
- b) R\$ 10.600.
- c) R\$ 11.230.
- d) R\$ 11.236.
- e) R\$ 12.000.

14. A quantia de R\$ 70.000 será repartida entre as comarcas do TJ RJ de Niterói, Belford Roxo e Angra dos Reis em partes diretamente proporcionais às quantidades de servidores de cada comarca. Sabe-se que a comarca de Niterói tem 60% a mais de servidores que a comarca de Belford Roxo e que a comarca de Angra dos Reis tem 10% a menos de servidores que a comarca de Belford Roxo. Nesse caso, a comarca de Niterói deverá receber uma quantia

- a) superior ou igual a R\$ 30.000.
- b) superior ou igual a R\$ 25.000 e inferior a R\$ 30.000.
- c) superior ou igual a R\$ 22.000 e inferior a R\$ 25.000.
- d) superior ou igual a R\$ 18.000 e inferior a R\$ 22.000.
- e) inferior a R\$ 18.000.

15. Suponha que no TJ RJ, 30 servidores atuem nas comissões de Legislação e Normas (COLEN), Valorização da Primeira Infância (COVPI) e Regimento Interno (COREG), podendo atuar em apenas uma, em duas ou em todas essas comissões, como mostra a tabela seguinte.

| Comissão de Atuação | Quantidade de servidores |
|----------------------|--------------------------|
| COLEN | 15 |
| COVPI | 10 |
| COREG | 19 |
| COLEN E COVPI | 8 |
| COLEN E COREG | 5 |
| COVPI E COREG | 4 |
| COLEN, COVPI E COREG | 3 |

Nesse caso, a quantidade de servidores que atuam em, no máximo, uma das comissões é igual a

- a) 22.
- b) 21.
- c) 19.
- d) 18.
- e) 6.

Texto EST2020 – Proposição P

Se o Desembargador eleito não concluiu seu mandato, então a Câmara Cível elegerá novo representante e ele cumprirá um novo mandato.

16. A quantidade mínima de linhas necessárias na tabela-verdade para representar todas as combinações possíveis para os valores lógicos das proposições simples que compõem a proposição P do texto EST2020 é igual a

- a) 32.
- b) 4.
- c) 2.
- d) 16
- e) 8.

17. Assinale a opção que apresenta uma proposição equivalente, sob o ponto de vista da lógica sentencial, à proposição P do texto EST2020.

- a) Se o Desembargador eleito concluiu seu mandato, então a Câmara Cível não elegerá novo representante e ele não cumprirá um novo mandato.
- b) Ou o Desembargador eleito não concluiu seu mandato ou a Câmara Cível elegeu novo representante.
- c) O Desembargador eleito não concluiu seu mandato; a Câmara Cível elegerá, pois, novo representante e ele cumprirá um novo mandato.
- d) O Desembargador eleito concluiu seu mandato ou a Câmara Cível elegeu novo representante ou ele cumpriu um novo mandato.
- e) Já que a Câmara Cível não elegeu novo representante ou ele não cumpriu um novo mandato, então o Desembargador eleito não concluiu seu mandato.

18. Tendo como referência o texto EST2020, assinale a opção correspondente à proposição equivalente à negação da proposição P.

- a) “O Desembargador eleito não concluiu seu mandato, mas a Câmara Cível não elegeu novo representante ou ele não cumpriu um novo mandato.”
- b) “O Desembargador eleito concluiu seu mandato, mas a Câmara Cível não elegeu novo representante e ele não cumpriu um novo mandato”.
- c) “O Desembargador eleito não concluiu seu mandato e a Câmara Cível elegeu novo representante e ele cumpriu um novo mandato”.
- d) “Se o Desembargador eleito concluiu seu mandato, então a Câmara Cível não elegerá novo representante ou ele não cumprirá seu mandato por inteiro”
- e) “Se a Câmara Cível não elegeu novo representante ou ele não cumpriu um novo mandato, então o Desembargador eleito concluiu seu mandato”.

DIREITO CONSTITUCIONAL

19. Considere que, em virtude de edição de decreto pelo Presidente da República, destinado a regulamentar lei disposta a respeito do sistema de contagem recíproca do tempo de contribuição entre os Regimes Geral e Próprio de Previdência, Tassindo, servidor público, tenha se sentido prejudicado pela insuficiência da regulamentação em questão. Assim, decide impetrar mandado de injunção, a fim de obter a efetiva tutela de seus direitos. Com base no que estabelece a Constituição Federal e a jurisprudência

acerca dos remédios constitucionais, assinale a alternativa correta:

- a) Tassindo deverá ingressar com a referida ação perante o STJ, que é o órgão competente para julgar eventuais mandados de injunção contra autoridades federais.
 - b) O remédio constitucional mencionado é inadequado para exigir a efetiva normatização da matéria por meio de decreto regulamentar.
 - c) Não é possível impetrar mandado de injunção contra regulamentação considerada insuficiente, uma vez que o caso trata de omissão parcial, apenas.
 - d) Tassindo deveria ter utilizado o mandado de segurança, já que o mandado de injunção destina-se exclusivamente a atacar omissões geradas pelo Poder Legislativo.
 - e) Não há que se falar em mandado de injunção contra o Presidente da República, uma vez que este não possui competência para a edição de atos normativos primários.
20. Determinada associação de magistrados, legalmente constituída e em funcionamento há pelo menos 1 (um) ano, decide ingressar em juízo contra resolução do Conselho Nacional de Justiça, a qual estabelecia exigências desarrazoadas acerca da exposição das razões para a alegação de suspeição por parte dos juízes estaduais. Pode-se dizer que, com base nas disposições constitucionais e jurisprudências sobre o assunto:
- a) A referida associação poderá lançar mão do mandado de segurança coletivo, sem necessidade de autorização expressa de seus filiados.
 - b) A associação poderá ajuizar o mandado de segurança coletivo, sem necessidade de autorização individualizada de cada filiado, desde que mediante deliberação em assembleia.
 - c) A associação, desde que autorizada pelo Poder Público e possua seu estatuto registrado no órgão competente, poderá representar seus filiados, judicial e extrajudicialmente, sem a necessidade de expressa aquiescência por parte destes.
 - d) A associação deverá utilizar a vida do mandado de segurança coletivo, única forma viável para representar seus filiados em âmbito judicial.
 - e) Não cabe o acionamento do Poder Judiciário para questionar atos emanados do Conselho Nacional de Justiça, órgão de controle interno desse mesmo Poder.

21. Basílio, juiz estadual, um ano após tomar posse no cargo, recebeu a notificação de que seria removido para outra comarca, conforme decisão do Presidente do Tribunal de Justiça ao qual se encontrava vinculado, com a justificativa de que seu afastamento de determinados processos, para os quais havia outros magistrados mais capacitados e familiarizados com o tema, se mostrava necessária. Conforme preleciona a atual Constituição e, à luz do entendimento firmado pelo STF, é correto afirmar que:

- a) A decisão do Presidente do Tribunal padece de flagrante inconstitucionalidade, tendo em vista que Basílio, ainda que na qualidade de juiz substituto, apenas poderia ser removido por interesse público, não podendo o Presidente, isoladamente, determinar sua remoção.
- b) O Presidente, embora detenha competência para remover juízes não-vitalícios vinculados ao Tribunal, jamais poderia tê-lo feito com o objetivo de afastar Basílio de quaisquer processos.
- c) Basílio apenas poderia ter tido sua remoção efetivada, pelas razões expostas, por meio de decisão judicial transitada em julgado.
- d) Em nome da garantia da inamovibilidade, Basílio apenas poderia ter sido removido de ofício e mediante a concordância do respectivo Tribunal de Justiça.
- e) A remoção apenas poderia ter sido efetivada caso tivesse sido assegurada, a Basílio, a ampla defesa.

22. Suponha que determinado processo, em que figurem como partes o Banco do Brasil (sociedade de economia mista federal) e outro banco privado, tenha sido distribuído na justiça estadual. O juiz da vara cível, ao recebê-lo, considerou-se incompetente para o julgamento e remeteu os autos para a justiça federal, a qual, igualmente, declarou-se incompetente. Analisando-se a situação hipotética apresentada, é possível concluir que:

- a) O processo deve, mesmo, ser julgado pelo juiz federal, já que o conflito envolve entidade da administração indireta da União.
- b) O julgamento do conflito de competência negativa em questão deverá ser julgado pelo STJ, o qual deverá, definitivamente, remeter os autos para decisão do Tribunal Regional Federal.
- c) Assiste razão ao juiz federal, tendo em vista tratar-se de competência da justiça estadual. Ainda, eventuais conflitos de competência negativa envolvendo juízes estaduais e federais deverão ser julgados pelo STJ.

d) O processo é de competência da justiça estadual, tendo em vista a presença de pessoas jurídicas de direito privado em ambos os polos da ação.

e) O julgamento do conflito de competência negativa em questão deverá ser julgado pelo Tribunal de Justiça respectivo, o qual deverá decidir pela remessa dos autos para a justiça federal.

23. Determinado servidor público, ocupante de cargo efetivo no Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, foi eleito para exercer o mandato de prefeito da capital de seu estado. De acordo com a CF/88, esse servidor:

a) Caso haja compatibilidade de horários, poderá exercer ambos os cargos, efetuando contribuições tanto para o Regime Próprio quanto para o Regime Geral de Previdência Social.

b) Deverá afastar-se do cargo atual, mas poderá optar pela remuneração mais vantajosa, devendo filiar-se ao Regime Geral de Previdência Social, conforme regras introduzidas pela EC 103/19.

c) Deverá afastar-se do cargo atual, mas poderá optar pela remuneração mais vantajosa, permanecendo filiado ao Regime Próprio de Previdência Social.

d) Caso haja compatibilidade de horários, poderá exercer ambos os cargos, devendo filiar-se ao Regime Geral de Previdência Social, conforme regras introduzidas pela EC 103/19.

e) Deverá afastar-se do cargo atual, recebendo, obrigatoriamente, a remuneração correspondente ao cargo eletivo, além de filiar-se ao Regime Geral de Previdência, a partir de então.

24. Determinada lei municipal dispôs acerca da necessidade de instalação, por parte das empresas concessionárias prestadoras de serviços locais de transporte coletivo de passageiros, de cintos de segurança em todos os veículos de sua frota. Considerando as competências atribuídas aos municípios pela atual Constituição, bem como a interpretação do STF em torno do tema, pode-se afirmar que:

- a) O município apenas poderia legislar a respeito caso existisse autorização expressa da União, por meio de Lei Ordinária Federal.
- b) O município detém competência para legislar sobre transporte coletivo intramunicipal, sendo, portanto, constitucional a mencionada lei.
- c) A disciplina da matéria insere-se no âmbito da competência comum a todos os entes federados, desde que respeitado o interesse local, sendo, portanto, constitucional a lei em análise.
- d) No âmbito da competência concorrente, o município apenas poderia complementar a legislação federal e estadual, sendo, por esse motivo, inconstitucional a referida lei.
- e) A lei em comento será inconstitucional, já que houve invasão de competência legislativa privativa da União.

25. Assinale a alternativa verdadeira a respeito das disposições constitucionais relacionadas à Advocacia Pública:

- a) A remuneração dos membros da Advocacia-Geral da União e dos Procuradores Estaduais será feita, obrigatoriamente, por meio de subsídio fixado em parcela única.
- b) Os membros da Advocacia-Geral da União e os Procuradores Estaduais serão estáveis após dois anos de efetivo exercício.
- c) Diferentemente do Advogado-Geral da União, os Procuradores-Gerais dos estados deverão ser escolhidos dentre integrantes da carreira.
- d) Em nome do princípio da unicidade de representação judicial, o assessoramento jurídico e a representação judicial de todos os Poderes devem ser feitos, exclusivamente, pelos advogados públicos federais e estaduais.
- e) A nomeação dos chefes da Advocacia-Geral da União e das Procuradorias Estaduais é feita pelo Presidente da República, após aprovação do Senado Federal, por maioria absoluta.

26. Assinale a alternativa que se encontra adequada às disposições constitucionais e à concepção doutrinária em torno da temática dos direitos sociais:

- a) É ilegítima a intervenção judicial, ainda que diante de arbitrária recusa governamental em conferir concretude a direitos sociais, em respeito ao princípio da separação dos poderes.
- b) Os direitos sociais, assim como os culturais e econômicos, demandam, enquanto direitos de segunda dimensão, prestações estatais e, portanto, gastos públicos.
- c) A cláusula da reserva do possível não poderá ser invocada quando se tratar de direitos elencados no rol de cláusulas pétreas da Constituição.
- d) Normas programáticas traduzem direitos públicos indisponíveis e, portanto, insuscetíveis de enquadramento no contexto das denominadas escolhas trágicas.
- e) Existem direitos sociais de eficácia contida, a exemplo do direito de greve dos servidores públicos.

DIREITO ADMINISTRATIVO

27. No que se refere à principiologia aplicável ao direito administrativo, assinale a alternativa correta:

- a) Em razão de o Brasil se constituir como Estado de Direito, pode-se afirmar que o princípio da legalidade possui prevalência sobre os demais princípios, característica que explica seu posicionamento inaugural no *caput* do art. 37 da Constituição Federal.
- b) As decisões administrativas dos tribunais deverão ser motivadas e em sessão pública, sendo as disciplinares tomadas pelo voto da maioria simples de seus membros.
- c) Após as alterações promovidas pela Emenda Constitucional 19 de 1998, o princípio da eficiência ganhou estatura constitucional, autorizando que o gestor pratique atos ilegais, desde que estes se mostrem mais eficientes que as demais alternativas.
- d) A avaliação de desempenho dos servidores públicos como condição para a aquisição de estabilidade é uma das manifestações do princípio da eficiência.
- e) No intuito de viabilizar a transparência pública, todos os atos administrativos devem ser integralmente publicados na imprensa oficial.

28. Nos termos da Lei 5.427/2009 do Estado do Rio de Janeiro, não são considerados interessados nos processos administrativos:

- a) pessoas físicas ou jurídicas que não iniciaram o processo e que possam ser afetadas pela decisão a ser adotada.
- b) organizações e associações representativas quanto a direitos e interesses coletivos, uma vez demonstrada a pertinência temática com o objeto do processo.
- c) pessoas físicas ou associações legalmente constituídas quanto a direitos ou interesses difusos, ainda que não tenha sido demonstrada a pertinência temática.
- d) pessoas físicas ou jurídicas que iniciaram o processo.
- e) pessoas físicas, no exercício do direito de representação.

29. No que se refere à organização administrativa do Estado, assinale a alternativa correta:

- a) O regime jurídico único de pessoal é característica exclusiva da administração direta e autárquica.
- b) Agências executivas são entidades dotadas de maior independência política em relação ao poder central, a fim de que possam tomar suas decisões com predomínio da discricionariedade técnica sobre a discricionariedade político-administrativa nos assuntos afetos à sua área de atuação.
- c) As empresas estatais exploradoras de atividade econômica submetem-se ao regime próprio das empresas privadas quanto às obrigações civis, comerciais e trabalhistas, podendo ser destinatárias de privilégios fiscais não extensivos ao setor privado.
- d) É constitucional condicionar à aprovação Legislativa a indicação dos Presidentes das sociedades de economia mista e empresas públicas realizada pelo Chefe do Poder Executivo.
- e) A criação de subsidiárias de sociedade de economia mista depende de autorização legislativa, em cada caso, sendo dispensada se a lei que instituiu a empresa matriz previamente autorizou a criação.

30. No tocante aos poderes da Administração Pública, assinale o item correto:

- a) O poder disciplinar permite à Administração Pública disciplinar sua atuação, seja escalonando funções entre seus órgãos e revendo a atuação de seus agentes.
- b) Os poderes da Administração Pública possuem caráter estrutural e orgânico, razão pela qual devem ser exercidos de modo razoável e prudente, evitando-se a caracterização do abuso de poder.

c) É manifestação do poder discricionário a situação em que o agente público pratica ato administrativo em que os requisitos e condições estão previstos em lei.

d) Haverá a prática de atos vinculados nas situações em que o legislador utilizar conceitos jurídicos indeterminados.

e) O poder disciplinar legitima a aplicação de sanção a empresa que tenha celebrado contrato administrativo com o poder público.

31. No que se refere aos atos administrativos, assinale a alternativa correta:

a) Autoexecutoriedade e tipicidade são elementos de validade do ato administrativo.

b) Condição, Encargo e Termo são elementos essenciais dos atos administrativos.

c) A discricionariedade, quando houver, se manifestará nos elementos conteúdo e forma do ato administrativo.

d) A multa de trânsito é exemplo de ato administrativo dotado de imperatividade.

e) A competência é considerada irrenunciável, intransferível e imodificável, razão pela qual é vedada sua delegação.

32. Assinale a alternativa que contém ato passível de revogação:

a) atos vinculados.

b) atos consumados.

c) atos que geraram direito adquirido.

d) atos enunciativos, a exemplo de pareceres e certidões.

e) atos negociais passíveis de valoração de mérito.

33. No que se refere à disciplina constitucional dos agentes públicos, assinale a alternativa correta:

a) Cargo público é ocupado por aqueles que celebraram um contrato de trabalho com o poder público.

b) Os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo e do Poder Judiciário poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Executivo.

c) Emprego público representa a unidade de competência mais simples e indivisível da estrutura de pessoal de uma pessoa de direito público.

d) O agente temporário contratado em razão de excepcional interesse público é exemplo de ocupante de cargo público.

e) É obrigatória a adoção do sistema de subsídio para os agentes políticos, hipótese em que não poderá haver o pagamento de outras importâncias, à exceção daquelas de natureza indenizatória.

34. No que diz respeito ao Estatuto dos servidores públicos civis do Rio de Janeiro, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Não será concedida ajuda de custo quando houver designação para nova sede a pedido do servidor.
- b) O servidor inativo provido em cargo em comissão perceberá integralmente o vencimento para este fixado, cumulativamente com o respectivo provento.
- c) A readaptação é, ao mesmo tempo, hipótese de provimento e de vacância de cargos públicos.
- d) O desempenho de atividades em horas extraordinárias será computado como tempo de serviço público para todos os efeitos.
- e) A remoção por permuta será processada após o pedido escrito de ambos os interessados.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

35. Considerando as disposições contidas no Código de Processo Civil e o entendimento doutrinário, assinale a alternativa correta.

- a) No Código de Processo Civil de 2015 interesse e legitimidade são condições da ação.
- b) Ninguém poderá pleitear direito alheio em nome próprio, salvo quando autorizado pelo titular do direito a ser postulado em juízo.
- c) Havendo substituição processual, o substituído não intervirá no processo.
- d) O interesse do autor pode limitar-se à declaração de falsidade de documento, mas não a autenticidade pois esta é presumida.
- e) Não é admitida a ação meramente declaratória, ainda que tenha ocorrido a violação do direito.

36. A ação fundada em direito pessoal ou em direito real sobre bens móveis será proposta, em regra, no foro de domicílio do réu. Assinale a alternativa que aponta corretamente o foro competente:

- a) Se o réu tiver mais de um domicílio, deverá ser demandado no foro do domicílio que está fixado há mais tempo.
- b) Sendo incerto ou desconhecido o domicílio do réu, deverá ser citado por edital e a competência será fixada após sua manifestação.
- c) Quando o réu não tiver domicílio ou residência no Brasil, a ação será proposta no foro de domicílio do autor, e, se este também residir fora do Brasil, a ação será proposta em qualquer foro.
- d) Havendo 2 ou mais réus com diferentes domicílios, serão demandados no foro de qualquer deles, à escolha do juiz ao determinar a citação.

e) Em se tratando de execução fiscal, será competente o foro de domicílio do réu, o de sua competência ou da capital do respectivo ente federado.

37. No que diz respeito à capacidade processual, assinale a alternativa correta.

- a) Toda pessoa que se encontre no exercício de seus direitos tem capacidade para estar em juízo, salvo se menor de 18 anos de idade.
- b) O incapaz será sempre representado por seus pais, tutor ou curador, na forma da lei.
- c) O juiz nomeará curador especial ao incapaz se não tiver representante legal ou se seus interesses colidirem com os daquele, enquanto durar o processo.
- d) O juiz nomeará curador especial ao réu revel.
- e) A curatela especial será exercida pela Defensoria Pública, nos termos da lei.

38. A sentença condenará o vencido a pagar honorários ao advogado do vencedor. Sobre os honorários advocatícios, pode-se afirmar:

- a) São devidos honorários advocatícios na reconvenção, no cumprimento de sentença provisório ou definitivo, na execução resistida ou não e nos recursos interpostos, alternativamente.
- b) Os honorários serão fixados entre o mínimo de dez e o máximo de vinte por cento sobre o valor da condenação, do proveito econômico obtido ou, não sendo possível mensurá-lo, sobre o valor atualizado da causa.
- c) São requisitos para a fixação dos honorários advocatícios: o grau de zelo do profissional, a natureza e a importância da causa, o trabalho realizado pelo advogado e o tempo exigido para o seu serviço. O lugar de prestação do serviço, por sua vez, não é relevante visto que a jurisdição é una.
- d) Nas causas em que a Fazenda Pública for parte, a fixação não se sujeita parâmetros normativos, competindo ao juízo fixá-los com modicidade.
- e) Não serão devidos honorários no cumprimento de sentença contra a Fazenda Pública que enseje expedição de precatório, ainda que tenha sido impugnada.

39. As provas podem ser conceituadas como elementos levados ao processo para contribuir com a formação da convicção do juiz a respeito da existência de determinado fato ou do modo como ocorreu. Considerando as disposições do Código de Processo Civil sobre o tema, pode-se afirmar:

- a) As partes têm o dever de empregar todos os meios legais, desde que especificados no Código, para provar a verdade dos fatos em que se funda o pedido ou a defesa e influir eficazmente na convicção do juiz.
- b) Em razão do princípio da inércia, ao juiz é vedado determinar de ofício a produção de provas necessárias ao julgamento do mérito.
- c) O juiz deve determinar a produção de todas as provas requeridas pelas partes, sendo-lhe vedado indeferir diligências.
- d) Como manifestação do princípio do livre convencimento motivado, o juiz apreciará a prova constante dos autos, independentemente do sujeito que a tiver promovido, e indicará na decisão as razões da formação de seu convencimento.
- e) O Código de Processo Civil veda a utilização de provas emprestadas, devendo ser produzidas dentro do próprio processo.

40. O Código de Processo Civil prevê que após o transcurso do prazo para pagamento voluntário, inicia-se o prazo para que o executado apresente sua impugnação. De acordo com o CPC, assinale a alternativa correta:

- a) Transcorrido o prazo de 15 dias sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo, também de 15 dias, para que o executado, mediante penhora prévia, apresente, em autos apartados, sua impugnação.
- b) Na impugnação, o executado poderá alegar, por exemplo, a falta ou nulidade da citação se, na fase de conhecimento, o processo correu à revelia ou a penhora incorreta ou avaliação errônea.
- c) Na fase de cumprimento de sentença não se aplica o art. 229 do CPC, que prevê o prazo em dobro para litisconsortes que tiverem diferentes procuradores, de escritórios de advocacia distintos.
- d) Quando o executado alegar que o exequente, em excesso de execução, pleiteia quantia superior à resultante da sentença, o cálculo do valor devido será feito pela contadoria judicial.
- e) O executado poderá requerer, desde que garantido o juízo, a atribuição de efeito suspensivo à impugnação ao cumprimento de sentença. Nesse caso, a concessão do efeito suspensivo impedirá a efetivação de atos de substituição, reforço ou redução da penhora e da avaliação dos bens.

41. O recurso é um meio voluntário de impugnação da decisão judicial, sendo previsto em lei para reformar, invalidar, esclarecer ou integrar a decisão. O Código de Processo Civil afirma que:

- a) O efeito suspensivo, que impede a eficácia da decisão, poderá ser concedido por disposição legal ou decisão judicial.
- b) O recurso pode ser interposto pela parte vencida, pelo terceiro prejudicado e pelo Ministério Público, apenas quando atuar como parte da relação jurídica processual.
- c) Sendo vencidos autor e réu, ao recurso interposto por qualquer deles poderá aderir o outro. O recurso adesivo será admissível na apelação, no recurso ordinário, no recurso extraordinário e no recurso especial.
- d) O recorrente poderá, a qualquer tempo, desistir do recurso interposto, mas dependerá da anuência do recorrido ou dos litisconsortes.
- e) A renúncia ao direito de recorrer dependerá da aceitação da parte.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

42. Acerca dos princípios e da aplicação da lei processual penal, assinale a alternativa correta:

- a) Embora a Constituição Federal seja silente, a jurisprudência do STF criou o princípio do Juiz natural, garantindo ao acusado o direito de ser processado e julgado pela autoridade competente.
- b) Dado o princípio da inércia, é vedado ao Juiz dar início ao processo criminal.
- c) A lei processual penal admitirá interpretação extensiva, mas não aplicação analógica.
- d) A lei processual penal admitirá interpretação extensiva e aplicação analógica, desde que benéficas ao acusado.
- e) A lei processual penal admitirá interpretação extensiva e aplicação analógica, mas não o suplemento dos princípios gerais do Direito.

43. Situação hipotética: Foi instaurado inquérito policial em desfavor de José, pela suposta prática do crime de extorsão. No curso das investigações, o MP requereu o arquivamento do IP, o que foi determinado pela autoridade judiciária.

Atento ao caso narrado, assinale a alternativa correta:

- a) se o inquérito tiver sido arquivado por falta de provas, será possível a retomada das investigações, independentemente da existência de notícia de prova nova.
- b) se o inquérito tiver sido arquivado em razão da extinção da punibilidade pela prescrição, será cabível a retomada das investigações, desde que haja notícia de prova nova.
- c) se o inquérito tiver sido arquivado em razão da presença de excludente de ilicitude, não será possível a retomada das investigações, conforme entendimento do STF.
- d) se o inquérito tiver sido arquivado pela atipicidade da conduta, não será cabível a retomada futura das investigações.
- e) A própria autoridade policial poderia ter determinado o arquivamento do inquérito policial.

44. Maria foi vítima de crime de ação penal privada, praticado por José e Pedro, no dia 10.04.2019. Maria, todavia, só descobriu a autoria delitiva em 15.10.2019. Em 15.01.2020, Maria ajuizou queixa-crime em desfavor de José apenas, por ter boa relação com Pedro.

Nesse caso, é correto afirmar que:

- a) Houve decadência do direito de queixa.
- b) Houve renúncia ao direito de queixa em favor de Pedro, que se estenderá também a José, de forma que a queixa-crime em desfavor desse não será recebida.
- c) Houve renúncia ao direito de queixa em favor de Pedro, que não se estenderá a José.
- d) Houve perdão do ofendido em favor de Pedro, que se estenderá também a José, de forma que a queixa-crime em desfavor desse não será recebida.
- e) Houve perdão do ofendido em favor de Pedro, que não se estenderá a José.

45. O Juiz não poderá exercer jurisdição se:

- a) ele próprio tiver funcionado como juiz de outra instância, pronunciando-se, de fato ou de direito, sobre a questão.
- b) for amigo íntimo ou inimigo capital de qualquer das partes.
- c) tiver aconselhado qualquer das partes.
- d) for credor ou devedor, tutor ou curador, de qualquer das partes.

e) for sócio, acionista ou administrador de sociedade interessada no processo.

46. No rito do Júri, se o Juiz, ao final da instrução preliminar, entender estar provada a inexistência do fato, deverá:

- a) impronunciar o acusado, cabendo recurso de apelação contra tal decisão
- b) pronunciar o acusado, cabendo recurso em sentido estrito contra tal decisão
- c) absolver sumariamente o acusado, cabendo recurso em sentido estrito contra tal decisão
- d) absolver sumariamente o acusado, cabendo recurso de apelação contra tal decisão
- e) rejeitar a denúncia, cabendo recurso em sentido estrito contra tal decisão

47. Estando o réu no estrangeiro, em local desconhecido, deverá o Juiz determinar sua citação por:

- a) carta precatória, suspendendo-se o curso do prazo prescricional
- b) carta precatória, não havendo suspensão do curso do prazo prescricional
- c) carta rogatória, suspendendo-se o curso do prazo prescricional
- d) carta rogatória, não havendo suspensão do curso do prazo prescricional
- e) edital

48. Analise as assertivas a seguir:

- I – José praticou crime de lesão corporal grave (pena: reclusão de 01 a 05 anos);
- II – Fernando praticou crime de furto simples (pena: reclusão de 01 a 04 anos e multa);
- III – Paulo praticou crime de dano simples (pena: detenção, de um a seis meses, ou multa);

Nesse caso, o benefício da suspensão condicional do processo será cabível em favor de:

- a) Fernando e Paulo, apenas.
- b) Paulo, apenas.
- c) José, Fernando e Paulo.
- d) Fernando, apenas.
- e) José e Fernando, apenas.

NOÇÕES DE CUSTAS JUDICIAIS

49. De acordo com as disposições da Lei nº 3.350 de 29 de dezembro de 1999, do Estado do Rio de Janeiro, sobre gratuidade e isenções, assinale o item CORRETO:

- a) A primeira certidão do registro de nascimento é gratuita, mas não a certidão de óbito.
- b) Havendo dúvida fundada quanto à isenção a ser observada, deverá o notário ou registrador suscitá-la ao Juízo competente em 24 (vinte e quatro) horas, a qual deverá ser dirimida em igual prazo.
- c) Nas Comarcas onde houver registro de distribuição ou distribuidor privatizado, as custas previstas serão rateadas proporcionalmente ao número de atos praticados.
- d) Os atos de retificação, restauração ou repetição por erro funcional não são considerados gratuitos.
- e) É permitida a cobrança de despesas sobre eventuais praxes ou estilos forenses.

50. Sobre as disposições da Lei nº 3.350 de 29 de dezembro de 1999, do Estado do Rio de Janeiro, a respeito do pagamento das custas, assinale a opção correta:

- a) A extinção do processo por abandono, desistência ou transação, em qualquer fase, dispensa o responsável pelo pagamento das custas.
- b) As custas referentes às ações de competência originária do Tribunal serão pagas após a distribuição ou registro
- c) nos feitos relativos a ações penais públicas e a ações penais privadas subsidiárias da pública, as custas serão pagas, antecipadamente, pelo Ministério Público.
- d) as custas serão pagas e recolhidas pelos interessados em estabelecimento bancário indicado pelo Tribunal de Justiça, cabendo ao réu, nos termos da lei processual vigente, o seu adiantamento no caso de atos e diligências requeridas pelo Ministério Público ou ordenadas, de ofício, pelo Juiz.
- e) nos litígios relativos a acidentes do trabalho, sem prejuízo da gratuidade da justiça, as custas e a taxa judiciária, quando devidas, serão pagas ao final:

51. De acordo com o Decreto-Lei nº 05 de 1975, do Estado do Rio de Janeiro, que institui o código tributário do Estado, assinale a alternativa que contém feito processual sujeito a cobrança de taxa:

- a) declarações de crédito e pedidos de alvarás em apenso aos processos de inventário;
- b) processos de habilitação para casamento;
- c) processos de habeas-corpus;
- d) processos para nomeação e remoção de tutores ou curadores
- e) Processos de pensão alimentícia

52. Acerca das disposições do Decreto-Lei nº 05 de 1975, do Estado do Rio de Janeiro, que institui o código tributário do Estado, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) as autoridades judiciárias, em qualquer juízo ou tribunal, nos processos e petições que sejam submetidos a seu exame, para despacho, sentença ou relatório, verificarão se a Taxa Judiciária foi paga corretamente.
- b) nenhum serventuário ou funcionário da Justiça poderá expedir mandados de pagamento ou de levantamento de quantias, arquivar processos e dar baixas nos registros de distribuição, sem que tenha sido paga a Taxa Judiciária devida, sob pena de, fazendo-o, tornar-se solidariamente responsável com o devedor perante a Fazenda Pública Estadual.
- c) A falta de pagamento, no todo ou em parte, da Taxa Judiciária, sujeitará o devedor, sem prejuízo dos acréscimos legais, à multa de valor igual ao da taxa não paga, considerada esta pelo seu valor atualizado.
- d) qualquer irregularidade deverá ser comunicada pela autoridade judiciária à Secretaria de Estado de Economia e Finanças, por ofício, dentro de 05 (cinco) dias após a sua constatação.
- e) O Estado poderá ingressar em qualquer processo e impugnar o valor declarado pela parte para pagamento da taxa, requerendo inclusive, na forma da legislação processual, o pagamento que for devido.

53. Sobre as disposições da Lei nº 3.350 de 29 de dezembro de 1999, do Estado do Rio de Janeiro, a respeito do pagamento das custas, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) as custas judiciais devidas pelo processamento de feitos são fixadas segundo a natureza do processo e a espécie de recurso e os emolumentos dos serviços notariais e de registros, de acordo com o ato praticado.
- b) não haverá restituição de custas ou emolumentos por ato ou diligência efetivamente realizados e posteriormente tornados sem efeito por culpa do interessado.
- c) as multas impostas às partes, pelo juiz, por violação as normas de deveres de boa-fé processual não serão consideradas custas ou despesas judiciais.
- d) Ao Corregedor Geral de Justiça, aos Juízes, aos Serventuários e ao Ministério Público, incumbe a fiscalização sobre a cobrança e recolhimento das custas e emolumentos.
- e) Os Juízes, órgãos do Ministério Público e Servidores da Justiça, exceto o Oficial de Justiça e o Avaliador Judicial, terão direito à condução e estada quando praticarem atos ou diligências, nos processos judiciais, fora do recinto do Fórum ou do cartório.

54. Sobre os enunciados administrativos do fundo especial do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, divulgados no AVISO TJ Nº 57/2010 a respeito do pagamento das custas, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) na hipótese em que a parte autora, beneficiária da gratuidade, vencer a demanda, as custas, taxa judiciária e demais despesas judiciais, como as suscitadas pela publicação de editais e os honorários periciais pagos pelo TJRJ devem ser cobradas do réu vencido, que recolherá o respectivo valor
- b) A multa Penal não paga na esfera judicial será cobrada pelo Fundo Especial do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro.
- c) a extinção do processo em qualquer fase, por abandono, transação, desistência, mesmo antes da citação do réu, somente enseja o recolhimento de custas dispensando-se o pagamento da taxa judiciária.
- d) nos pedidos autônomos de alvará, objetivando o levantamento de saldo em conta bancária da titularidade de correntista falecido, prescindem de exame questões relativas ao lançamento, ao pagamento e a quitação de tributos incidentes sobre a transmissão da propriedade dos bens do espólio, bem como, em consequência, das multas deles decorrentes.

e) na carta precatória originária de outro Estado, existindo vários autores, será cobrada uma taxa judiciária para cada qual.

CODJERJ, CONSOLIDAÇÃO NORMATIVA E LEGISLAÇÃO COMPLEMENTAR

55. Conforme o Decreto-Lei nº 220 de 18 de julho de 1975, que estabelece o Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro, a nomeação para cargo de provimento efetivo depende de prévia habilitação em concurso público. O concurso objetivará avaliar:

- a) conhecimento lógico-matemático
- b) qualificação pedagógica
- c) condições de sanidade físico-mental
- d) velocidade física
- e) relação interpessoal

56. Conforme o Decreto-Lei nº 220 de 18 de julho de 1975, que estabelece o Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro, para inscrição no concurso público o candidato deve cumprir as seguintes exigências, EXCETO:

- a) ser brasileiro nato;
- b) pleno gozo dos direitos políticos;
- c) quitação das obrigações militares.
- d) limitação da idade, que não poderá ser inferior a 18 (dezoito) anos.
- e) limitação da idade, que não poderá ser superior a 45 (quarenta e cinco) anos.

57. Conforme a Lei nº 6956, de 13 de janeiro de 2015 que dispõe sobre a organização e divisão judiciárias do Estado do Rio de Janeiro, são órgãos do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro:

- a) Secretaria Judiciária
- b) Procuradoria Estadual
- c) Departamento de Processos Cíveis
- d) Órgão Especial
- e) Promotoria Estadual

58. Conforme a Lei nº 6956, de 13 de janeiro de 2015, que dispõe sobre a organização e divisões judiciárias do Estado do Rio de Janeiro, integram a estrutura administrativa do Tribunal de Justiça o Órgão Especial, o Conselho da Magistratura, a Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro, o Fundo Especial do Tribunal de Justiça e a Escola de Administração Judiciária, incumbindo:

- a) ao Órgão Especial, o exercício da função administrativa superior, na forma do Regimento Interno;
- b) ao Fundo Especial do Tribunal de Justiça, o exercício da função administrativa superior, inclusive editando atos normativos sobre administração de pessoal e administração financeira, na forma prevista em regimento próprio;
- c) à Escola de Administração Judiciária, a formação e o aperfeiçoamento permanente de magistrados;
- d) à Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro (EMERJ), a gestão das receitas vinculadas ao custeio, ao processo de modernização e ao aparelhamento do Poder Judiciário;
- e) ao Conselho da Magistratura, o aperfeiçoamento permanente dos servidores do Poder Judiciário.

59. Conforme a Lei nº 6956, de 13 de janeiro de 2015, que dispõe sobre a organização e divisões judiciárias do Estado do Rio de Janeiro, ao Corregedor-Geral compete:

- a) prover e declarar vagas as funções de confiança, com exceção daquelas vinculadas à Corregedoria Geral de Justiça;
- b) dispor sobre a administração de prédios e instalações do Poder Judiciário;
- c) apresentar, anualmente, relatório circunstanciado das atividades do Poder Judiciário, expondo o estado da administração, suas necessidades, as dúvidas e dificuldades verificadas na aplicação das leis e demais questões que interessarem à boa distribuição da Justiça estadual;
- d) praticar todos os atos referentes à lotação, designação, movimentação, concessão de férias e licenças dos servidores lotados no primeiro grau de jurisdição e em sua secretaria;
- e) consolidar a proposta orçamentária do Poder Judiciário e o Plano de Ação Governamental, encaminhando-os ao Órgão Especial;

60. Conforme a Lei nº 6956, de 13 de janeiro de 2015, que dispõe sobre a organização e divisões judiciárias do Estado do Rio de Janeiro, são órgãos de judicantes de primeira instância:

- I - Tribunais do Júri;
- II - Juízos de Direito;
- III - Conselhos de Justiça Militar;
- IV - Juizados Especiais e suas Turmas Recursais;

Assinale a alternativa que indica as assertivas corretas:

- a) I e II
- b) II e IV
- c) II, III e IV
- d) I, II e III
- e) I, II, III e IV

Preencha o Gabarito!

<http://bit.ly/Simulado-TJ-RJ-08-02>

Não é assinante?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no banner!



**ASSINATURA
ILIMITADA**

**ESTUDE PARA QUALQUER CONCURSO*
SEM PREOCUPAÇÃO**

1 ANO
12X R\$ 199,97

2 ANOS
12X R\$ 333,97

*VERIFICAR CONDIÇÕES NO SITE